

Crédito de carbono

Quem negocia os créditos?

Arnaldo Francisco de Sousa*

COM OBJETIVO de elucidar um assunto bastante complexo e cheio de normas, como é o caso do desenvolvimento de projetos de crédito de carbono, *Agroanalysis* complementa, nesta edição, o artigo de março de 2010 intitulado “Crédito de carbono – Pegue também o seu dinheiro”.

Todos os prognósticos indicam que o mercado de carbono mundial é promissor, pois fechou 2009 com o montante de US\$ 136 bilhões, superior à estimativa de US\$ 126 bilhões realizada pelo Banco Mundial em maio de 2009. Somente a Comunidade Europeia foi responsável pela negociação de 5,6 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente no ano passado. Em comparação com 2008 (US\$ 116 bilhões), verifica-se um acréscimo de 13% na comercialização global, valor considerado expressivo frente aos efeitos da crise econômica mundial.

A perspectiva é que em 2010 o mercado continue em crescimento em razão da aproximação do término do primeiro período de comprometimento do Tratado de Kyoto. Com isso, os governos e as empresas do Anexo-I devem aumentar a demanda por créditos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) de forma a ajustarem suas emissões àquelas previstas pelos Planos de Alocação Nacionais (cada governo propôs um plano nacional de alocação dos recursos naturais, estipulando o quanto as empresas teriam de reduzir suas emissões em cada país).

No esquema europeu de emissões (ETS – European Trade Scheme), os contratos

futuros para dezembro de 2010 fecharam em € 13,09 na Bolsa Europeia do Clima (ECX), demonstrando que o mercado interno na Europa está sinalizando a continuação do crescimento e a recuperação dos patamares dos preços observados antes do período da crise econômica. Em paralelo, há a expectativa de que em 2010 haja no Mercado Voluntário um significativo aumento no volume de negócios, movido principalmente pelo aumento da demanda das empresas baseadas nos EUA e pelo aumento da consciência global sobre o tema em decorrência da COP 15 (reunião das partes envolvidas ou países).

Legislação paulista de ponta

As perspectivas são enormes, inclusive no Brasil. O Estado de São Paulo, por exemplo, possui uma moderna legislação ambiental referente ao controle de emissões atmosféricas. Como forma de controlar as emissões, foram criadas as chamadas “bacias aéreas” (municípios). Quando uma bacia encontra-se saturada (SAT), ou seja, as emissões de poluentes ultrapassam o padrão de qualidade do ar legalmente estabelecido, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) apenas poderá admitir a instalação de novas empresas, ou ampliação das já existentes, quando houver a compensação das emissões adicionais.

Atividades que reduziram suas emissões, por meio da instalação de equipamentos antipoluentes, poderão gerar Créditos de Emissões Atmosféricas Re-

duzidas (Cear) e, em seguida, comercializá-los ou resguardá-los para futura utilização. No caso das empresas, essa reserva permitiria a ampliação das instalações sem a necessidade de outros empreendimentos.

Para o setor de bioenergia paulista, em especial, há uma oportunidade ímpar, pois a maioria das usinas de açúcar e álcool reduziu drasticamente suas emissões de poluentes, não apenas pelas melhorias realizadas em caldeiras mas, principalmente, pela mecanização da colheita. Dessa forma, abre-se uma extraordinária oportunidade às empresas do setor sucroalcooleiro, no sentido de buscar a validação dessas reduções de emissões de poluentes para a atmosfera para fins de geração de Créditos (Cear), visando a uma eventual comercialização no âmbito da delineada Câmara Paulista de Compensação de Emissões Atmosféricas (CPCEA – www.cpcea.com.br).

Segundo a classificação adotada pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), o setor agrícola está associado a mais de dez metodologias para aprovação de projetos de reduções certificadas. Dentre as atividades elegíveis, podem-se mencionar:

- Eficiência energética em sistemas de irrigação;
- Utilização de biomassa residual para geração de energia elétrica ou térmica;
- Coleta e tratamento de dejetos animais – redução de emissão de metano;
- Troca de combustíveis em frotas agrícolas;

- Redução na aplicação de fertilizantes sintéticos – redução de emissões de óxido nitroso (N₂O);
- Melhorias no sistema de produção de carvão vegetal.

O agronegócio brasileiro ocupa lugar de destaque para a adaptação e mitigação (redução) das emissões de gases de efeito estufa, especialmente do dióxido de carbono (CO₂), com a adoção de tecnologias que alcancem a redução das áreas desmatadas e degradadas e a ampliação da produção, aliadas às práticas conservacionistas e de manejo responsável, como a integração de lavouras, pastagens e floresta em pé.

Quem são os negociadores

As negociações no âmbito do MDL, reguladas pela ONU, acontecem entre países signatários do Tratado de Kyoto dos chamados Anexo I e não-Anexo I. O Anexo I é a relação dos 40 países e a Comunidade Europeia, listados na Convenção do Clima, que assumiram compromissos de reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE). Os países não-Anexo I (países em desenvolvimento) são aqueles que não se comprometeram em assumir metas obrigatórias de redução

de emissão, apesar de alguns adotarem ações voluntárias nesse sentido (Brasil e Índia, por exemplo).

Um exemplo de negociação no âmbito do MDL poderia ocorrer entre empresas da União Europeia (Alemanha, por exemplo), que precisam reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, mas não querem diminuir seus níveis de atividade. Assim, podem optar por comprar créditos (RCEs – Reduções Certificadas e Emissões) gerados em países não-Anexo 1, como, por exemplo, o Brasil.

Existem ainda outros mercados para negociação de créditos. Os Estados Unidos, por exemplo, não assinam o Protocolo de Kyoto, porém, podem demandar créditos via Mercado Voluntário. O Brasil, como tem uma adesão voluntária ao Protocolo, pode vender seus créditos tanto para países Anexo 1, via MDL, quanto no Mercado Voluntário para empresas de países não signatários. Os créditos gerados para o Mercado Voluntário não precisam ser aprovados pelo Comitê Gestor do MDL, podendo, inclusive, seguir exigências diferentes das estabelecidas no mercado MDL.

As negociações de créditos de carbono no Brasil são realizadas, na sua maioria,

no mercado de balcão (OTC Market). Ou seja, são realizadas através de *traders* e *brokers* que representam seus clientes junto ao mercado comprador. A precificação das Reduções Certificadas de Emissões segue diversos parâmetros, dentre eles o preço do petróleo, volumes emitidos pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) e, principalmente, as oscilações das *European Union Allowances*, ou Permissões de Emissões Europeias.

A BM&F já realizou com sucesso leilões de RCEs emitidas por projetos de aterros sanitários em São Paulo e vem planejando, para o primeiro semestre de 2010, o primeiro leilão de créditos de carbono do Mercado Voluntário (VERs). No mundo, há diversas bolsas que realizam a comercialização dos créditos de carbono com opção de negociação, desde os tradicionais leilões de créditos emitidos até os contratos futuros de venda. Entre elas estão a Bolsa do Clima de Chicago (CCX) e Chicago Climate Exchange Futures (CCFE), subsidiária da CCX. ■

Colaboraram nesta edição: Fabricio de Campos, da Ecosistemas e Talita Braz, advogada especializada em direito ambiental.

* Assessor da presidência da SRB

